



Mateus Levi Silveira Feijó*

RESUMO

A investigação a seguir discute a ação humana e a pluralidade, sob a ótica de Hannah Arendt, proeminente filósofa política do século XX, conectando com outra camada do pensamento da autora quando apresenta a questão da promessa e do perdão. Distinguindo-se do trabalho e da obra, a ação é intrinsecamente política, revelando a singularidade do agente no espaço público. A pluralidade emerge como *conditio per quam* da vida política, um princípio ontológico que viabiliza e constitui a esfera pública. O espaço agônico, onde diferentes *doxas* se confrontam, é terreno fértil para a liberdade e a deliberação coletiva, em oposição a modelos autoritários. A negação da pluralidade suprime a autonomia política e flerta com autoritarismos. Diante da imprevisibilidade e irreversibilidade da ação, a promessa e o perdão são mecanismos cruciais. O perdão desfaz atos passados, libertando os agentes para novos inícios, enquanto a promessa cria ilhas de segurança em um futuro incerto, fomentando a previsibilidade e a confiança. A articulação da ação com a pluralidade, mediada através da promessa e do perdão, é essencial para pensar a política em Hannah Arendt. Desse modo, buscar-se-á, sem pretensões de exaurir o tema, mas antes contribuir para o fomento do estudo e debate na academia, trazer à lume no presente trabalho os pontos de especial destaque na gramática arendtiana.

Palavras-chave: Ação. Pluralidade. Promessa. Perdão. Hannah Arendt.

Human Action and the Concept of Plurality – A Joint Reading of the Capacity to Promise and Forgive in Light of Hannah Arendt

ABSTRACT

The following investigation discusses human action and plurality from the perspective of Hannah Arendt, a prominent political philosopher of the twentieth century, connecting them with another layer of her thought in addressing the notions of promise and forgiveness. Distinguished from *trabalho* and *obra*, action is intrinsically political, revealing the singularity of the agent within the public sphere. Plurality emerges as the *conditio per quam* of political life, an ontological principle that enables and constitutes the public realm. The agonistic space, where different *doxai* confront one another, serves as fertile ground for freedom and collective deliberation, standing in opposition to authoritarian models. The denial of plurality suppresses political autonomy and flirts with authoritarianism. Given the unpredictability and irreversibility of action, promise and forgiveness appear as crucial mechanisms. Forgiveness releases agents from the weight of past deeds, opening the possibility for new beginnings, while promise creates islands of stability within an uncertain future, fostering predictability and trust. The articulation of action with plurality, mediated by promise and forgiveness, proves essential for reflecting on politics in Arendt's thought. Thus, without any pretension of exhausting the subject, but rather with the intention of contributing to the advancement of academic study and debate, this work seeks to bring to light key aspects of the Arendtian grammar.

Keywords: Action. Plurality. Promise. Forgiveness. Hannah Arendt.

A atividade humana da ação e o conceito de pluralidade – Uma leitura conjunta da capacidade de prometer e perdoar à luz de Hannah Arendt

Kairós: Revista Acadêmica
da Prainha

ISSN: 1807-5096

e-ISSN: 2357-9420

Fortaleza,

v. 21, n. 2, 2025

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/CE). E-mail: mateusfeijo.adv@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8706578654925015>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8624-3006>

Introdução

Hannah Arendt, notável filósofa política do século XX, desenvolve seu legado bibliográfico, em importante medida, a partir da fina arte de distinguir e relacionar conceitos, como destacou o professor André Duarte (2013) em artigo publicado na *Revista Argumentos* da Universidade Federal do Ceará. Desse modo, a partir de uma inspiração aristotélica (assim como é influenciada por Heidegger, Husserl, Jaspers, Kant, Maquiavel e Montesquieu), Arendt engendra de modo original seu universo teórico e não se confunde nem com a tradição grega antiga, nem com a escola dialética hegeliana ou com os pensadores da política e da filosofia então consagrados em seu tempo, rompendo em muitos casos com a tradição e apresentando ao mundo uma maneira única de refletir sobre as questões importantes de seu tempo, sendo considerada por muitos como autora do evento.

Na obra *A Condição Humana*, a filósofa se dedica a pensar sobre “o que estamos fazendo” (Arendt, 2022, p. 6) e estabelece uma releitura do termo “vita activa” já apresentado na tradição para pensar uma divisão tríplice que comporta as três atividades humanas fundamentais: o trabalho, a obra e a ação. Tais pilares fundamentais serão a seguir explanados, com ênfase final na atividade da ação.

As atividades do trabalho, da obra e da ação

Inicialmente, a atividade do trabalho ou *trabalho* está relacionada à própria manutenção e subsistência básica/orgânica da vida. Ou seja, é através do trabalho que o homem se mantém vivo e perpetua a continuidade da espécie, em última análise. Também pode ser pensada como um metabolismo da própria vida. É dimensão de grande importância pois determina a existência do homem, embora não o faça político, tampouco tenha aptidão à produção de bens duráveis, como as demais atividades que ainda serão expostas.

Acerca do trabalho, a autora pontua:

O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida (Arendt, 2022, p. 9).

O tema é melhor aprofundado no capítulo III da obra *A Condição Humana*, porém pretende-se neste tópico, por recomendação metodológica e didática do objetivo perquirido, empreender maior esforço na vertente da ação, pois esta é a atividade diretamente vinculada à pluralidade e à questão política. Não obstante, é de grande importância frisar que todas as atividades humanas são igualmente importantes na completude da *vita activa*, dentro do pensamento da autora.

Em segundo, tem-se a obra ou fabricação. Esta atividade tem o condão de conferir durabilidade através do processo criativo humano às coisas, sejam elas extraídas diretamente da natureza, como, por exemplo, a produção de uma ferramenta de trabalho, a construção de uma casa para moradia ou de uma obra de arte esculpida a partir de uma pedra, ou não extraídas diretamente da natureza, como criações mais abstratas, exemplificativamente, pensa-se no campo da literatura, da música e das artes em geral.

Em essência, a obra consegue romper o caráter limitado/finito da existência/vida humana que se encerra com a mortalidade, pois seus produtos são dotados de durabilidade e têm a característica inerente de permanência ao longo das gerações. Assim, a partir da obra o homem, ser finito por essência, pode deixar produtos no mundo que sobrevivam aos efeitos corrosivos do tempo.

Nesse sentido, para Arendt:

A obra é a atividade correspondente à não-naturalidade [*unnaturalness*] da existência humana, que não está engastada no sempre-recorrente [*ever-recurrent*] ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último. A obra proporciona um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras é abrigada cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e transcender todas elas. A condição humana da obra é a mundanidade [*worldliness*] (Arendt, 2022, p. 9).

Por fim, chega-se à atividade humana da ação. Esta é talvez a de maior destaque no pensamento desenvolvido pela autora, pois, apenas ela é essencialmente e exclusivamente humana. Explica-se. Apenas a ação pode ser desenvolvida em um contexto de pluralidade e com a necessidade de espaço público com direito à fala e ao discurso entre os homens. A política, portanto, está contida nesta seara e apenas nela pode ser conservada.

À luz de Arendt, a ação corresponde à condição humana da pluralidade e essa é a condição por meio da qual é possível pensar a vida política. É dizer, em outras

palavras, que não havendo possibilidade do exercício da ação no espaço público, também não haverá política e tampouco a possibilidade da renovação, do novo, do milagre, da imprevisibilidade transformadora dos negócios humanos e mesmo do alcance da felicidade pública.

É através do campo da ação também que pode ser pensado o resgate da dignidade da política e o mecanismo de resistência aos regimes autoritários que têm a pretensão comum de mitigar, quiçá mesmo dizimar, a pluralidade e o aparecimento no espaço público para o debate e convencimento.

Nessa toada, Arendt:

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política (Arendt, 2022, p. 9).

Em outras palavras, é possível afirmar que para haver política no sentido arendtiano é imprescindível que se tenha presente a pluralidade. Com efeito, negar a possibilidade das múltiplas perspectivas da comunidade e não tolerar as possíveis divergências naturais das opiniões (*doxa*), é se aproximar de modelos autoritários e da própria tirania, ou em última instância, do totalitarismo.

Ora, é exatamente na divergência de pontos individuais, que se expressam através do discurso, que é possível a formação do consenso e do convencimento mútuo. Não há nada mais natural em uma comunidade plural, onde coabitam uma diversidade de opiniões e visões diferentes do mundo, que o espaço público seja *agônico*¹.

Nota-se que a importância do agônico está ligada mesmo à garantia da liberdade política e da pluralidade. O debate saudável de ideias, na contramão da violência ou da mitigação do exercício da ação, estimula o crescimento da comunidade, erigindo os próprios homens como protagonistas da construção de seu mundo.

Interessante o registro de um adendo. A partir da leitura dos textos de Arendt, é possível verificar que a filósofa critica o enfrentamento da questão política outrora

¹ Do grego *agōn*, que significa “luta”, “competição”, “concurso”.

conduzida por Platão, pois este pensador acreditava que apenas os filósofos, pessoas de alta instrução e experimentados no pensamento contemplativo, eram aptos a estabelecer as normas a serem aplicadas à comunidade. Nessa linha, deveriam ser formuladas verdades filosóficas universais que precederiam qualquer discussão ou debate coletivo, ou seja, sem qualquer consulta aos destinatários: o povo.

Na obra *Compreender Hannah Arendt*, a comentadora Karin A. Fry analisa que a ideia platônica de afastamento das decisões do crivo da comunidade em prol do seleto grupo de filósofos que detinham o conhecimento seria uma reação ao assassinato de Sócrates, seu mentor. O desespero e insatisfação de Platão com a política, devido Sócrates não ter conseguido persuadir os cidadãos atenienses de sua inocência, deu ensejo ao menoscabo da opinião/*doxa*.

Não obstante o fato de haver a possibilidade de que caminhos piores ou que impliquem em algum prejuízo à comunidade possam advir do exercício da ação plural no espaço público, a partir do debate e exposição das ideias e opiniões, este é um risco inegociável diante da magnitude do poder transformador da pluralidade. Negar a participação do povo e relegar a *doxa/opinião* no debate de iguais sob o suposto pretexto do perigo de não se alcançar as melhores escolhas é o mesmo que usurpar o poder e flertar com a tirania, senão mesmo abrir espaço ao totalitarismo.

Ora, o que garante que concentrar as decisões nas mãos de poucos, classificados como detentores do conhecimento da verdade filosófica universal, assegurará deliberações sempre em prol da felicidade pública ou do progresso da comunidade? O que garante que, ao contrário, esse monopólio não poderá gerar diretrizes que apenas beneficiem às próprias pessoas que dele emanam?

A história e a própria natureza humana corruptível e sujeita às vaidades terrenas mostram que frequentemente o monopólio desse *status* decisório de diretrizes comuns tende a levar estes governantes a abuso e excessos, inclusive em alguns casos, à própria violência, pois uma vez esvaído o poder, ou seja, sua legitimidade ou assento popular na pluralidade, é o instrumento de manutenção mais facilmente encontrado para que sejam mantidos naquela posição.

Nesse contexto como um todo, lúcida é a análise de Fry acerca do pensamento de Arendt:

Para Arendt, o problema da política platônica é que *doxa* é relegada ao papel de opinião subjetiva e é menoscabada como não tendo nenhuma validade

política. Em contrapartida, Arendt afirma que a política deveria envolver as diferentes *doxai* de todos os membros da comunidade, a fim de chegar a uma decisão baseada no que é melhor para a comunidade como um todo, em vez de negar as diversas perspectivas dos cidadãos em favor de uma política universal. As políticas que derivam de verdades universais presumem uma verdade definitiva ou padrão segundo o qual se tomam decisões políticas, empurrando todas as comunidades políticas rumo a um sistema de políticas universalmente verdadeiro, o qual conduz à tirania de não aquiescer à possibilidade de desacordo legítimo entre perspectivas. Com a ideia de uma verdade filosófica universal a guiar a esfera política, Arendt acredita que a política platônica realmente diz respeito a políticas baseadas nas *doxai* dos filósofos que governam o Estado de acordo com seus interesses subjetivos por uma vida que implica a contemplação da verdade filosófica (Fry, 2009, p. 61).

A partir de uma análise mais detida, é possível perceber que a ideia platônica do monopólio da política entre os reis filósofos com a elaboração prévia de verdades políticas universais que regeriam os rumos da pólis, teria uma aproximação maior da atividade da obra, que em qualquer medida com a ação. Ora, ao retirar o caráter de imprevisibilidade e irreversibilidade vinculado ao exercício da ação no espaço público entre iguais, descartando a pluralidade e substituindo pela mera aplicação técnica, dizima-se a essência da política em detrimento de uma suposta estabilidade e previsibilidade características do plano da obra.

Nesse ponto, faz-se um alerta e convite à reflexão sobre o espaço da política na comunidade atual, pois parece haver uma certa inclinação à substituição paulatina do exercício da ação plural no espaço público pela mera gerência/administração técnica dos recursos do Estado. Desse modo, caminhar-se-ia para uma perigosa mitigação da ação e do espaço público de aparecimento, gerando o afastamento das pessoas com os negócios de interesse comum.

É dizer que a política, na perspectiva arendtiana, jamais deverá coincidir com a simples subsunção de normas gerais previamente estabelecidas por poucos detentores deste poder diretor, sob a justificativa de melhor gerir o progresso com a otimização do capital. Se assim fosse, retirar-se-ia o caráter humano e único inerente à atividade da ação, de modo que poderia ser facilmente substituído por algoritmos treinados ou inteligências artificiais programadas para resolução de problemas econômicos.

A atividade humana da ação é tão importante que Arendt a entende como a única que pode afirmar verdadeiramente a condição humana, pois o agir no espaço público, o debate de ideias, a pluralidade, é privativa, dentre todas as espécies

existentes na Terra, ao Homem. A possibilidade de começar algo novo, o poder transformador do milagre na política, com todas as infinitas possibilidades que podem advir, constitui a excelência da política.

A autora chega a afirmar que uma vida sem discurso e sem ação é literalmente morta para o mundo, deixando de ser considerada mesmo como vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens (Arendt, 2022, p. 219). De fato, sem a capacidade de ação e o discurso, a humanidade não se distinguiria tão substancialmente das demais espécies. É dizer também que apenas a ação tem o condão de quebrar os automatismos, a inércia e iniciar algo novo. Eis, portanto, a grande importância da política e da vida pública.

A pluralidade e sua relação com a atividade da ação

Desse modo, percebemos, em síntese, que as dimensões da vida ativa, no pensamento da filósofa, estão relacionadas aos aspectos da vida, da mundanidade e da pluralidade, cada qual correspondente a uma atividade.

É possível entender a vida ativa formada por um tripé fundamental que afirma a condição humana. É dizer que, enquanto vinculados à Terra, nos distinguimos das demais espécies animais, em razão da nossa capacidade singular de habitarmos o mundo em um protagonismo ímpar, pois, a partir do trabalho, da obra e da ação, mas notadamente com ênfase na última categoria, o homem tem a capacidade de mudar os rumos de tudo o que o circunda, transformando tanto o mundo quanto agregando mais possibilidades através da política, com o exercício da ação no espaço público, assegurada a pluralidade, que tem a sua dimensão política por excelência.

Apenas no campo da política, assegurada a pluralidade dos homens que nele participam, a vida ativa atinge sua completude, na terceira esfera erigida por Arendt: a ação. Pensar esta categoria, portanto, guarda relevância especial, sobretudo no contexto em que foi cunhado o pensamento da autora, marcado por forte instabilidade política e ameaças autoritárias, bem como totalitárias, pois é, inevitavelmente, uma esperança ao caos outrora instalado no mundo. É dizer, em outras palavras, que assegurar a pluralidade, preservar o espaço público, garantir aos homens o direito de agir, de fala e de discurso, é fortalecer a própria natureza humana e dar

condicionamento para resistir às investidas que pretendam produzir massas amorfas e dominar com o terror a comunidade.

A pluralidade, talvez um dos conceitos mais frutíferos de Arendt, assume uma *conditio sine qua non* à realização da política, da ação e da democracia. Ou seja, é condição necessária e imprescindível para que se estabeleça, no campo público de aparição, de fala e discurso, a reunião de homens livres com potencial de deliberarem e se convencerem mutuamente sobre os destinos de interesse comum. Eis, pois, o cuidado que deve ser empreendido em preservá-la, ainda mais em cenários marcados por profunda instabilidade na seara política.

Outrossim, há a vertente da própria afirmação da dignidade humana que decorre da preservação da pluralidade no cenário político. Conferir um espaço público seguro para gerar a espontaneidade do aparecimento dos homens na fala e discurso é fundamental para que se tenha estimulado o potencial de exercício da ação. Nesse contexto, Maria Cristina Müller destaca no texto “Pluralidade de vozes: a garantia da dignidade humana”, o qual segue a transcrição:

Pode-se dizer que a capacidade humana da pluralidade faz com que os indivíduos sintam-se pertencentes à humanidade, coadjuvantes no mundo do qual também fazem parte. A pluralidade não permite que a solidão domine e destrua a capacidade humana de sentir-se pertencente a um mundo que agrega singularidade e pluralidade. Talvez seja isso que concede a cada indivíduo responsabilidade para com o outro e para com o mundo (Muller, 2013, p. 185).

Compreende-se, à luz de Arendt, que a pluralidade integra a própria essência ontológica da existência humana e, por conseguinte, da política. À medida em que cada pessoa é única e irrepetível, passível de revelação através da ação e do discurso, também são iguais na capacidade de agir e falar.

No capítulo V da obra *A Condição Humana*, Hannah Arendt dedica esta parte do livro a tratar da atividade humana da ação, a única que pode ser praticada unicamente por homens e entre eles no espaço público de aparecimento. Também é a única que distingue o ser humano, em sua individualidade e complexidade de possibilidades inovadoras, das demais espécimes animais viventes no planeta Terra.

A ação, embora não produza um produto tangível, assim como a obra, bem como seja talvez a mais frágil dentre as atividades humanas, é a que detém maior potencial criador e transformador do mundo. Ela imprime marcas permanentes no

mundo que ultrapassam as gerações e são imortalizadas através do registro pelo contador de histórias.

Pensar a ação, nos termos propostos por Arendt, é um tema tão necessário e importante nos dias de hoje quanto já o era no período em que foi fomentado o aprofundamento pela filósofa. A atual conjuntura política convida à recorrente reflexão do papel da política, da pluralidade e da ação no espaço público como instrumentos tão potentes quanto imprescindíveis à manutenção do equilíbrio social e da prevenção de investidas e domínios autoritários, que esperam apenas a chance para retornarem à cena com toda destruição e prejuízos que lhe são característicos.

Há, contudo, um fenômeno cada vez mais preocupante, que já havia sido destacado por Arendt desde a época em que foram empreendidas suas reflexões, qual seja: o homem tem deixado de ocupar a cena pública para, em seu lugar, permanecer adstrito aos limites da esfera privada, apenas dando continuidade à organicidade da vida, sem, contudo, contribuir ao comum.

Essa crítica é ressaltada na obra *A Condição Humana* quando a autora trata da vitória do *animal laborans*, bem como da vitória do homo faber, no último capítulo intitulado, “A vita activa e a era moderna”, respectivamente. Essa leitura é preocupante, pois demonstra um afastamento em grande escala da política e da atividade da ação. Situação que inclusive faz Arendt questionar no texto “O que é política” se “tem a política ainda algum sentido”.

A discussão se torna ainda mais instigante quando acrescentado à equação a cada vez mais comum homogeneização das massas e o desinteresse aos assuntos comuns, que é observado de forma assustadora por onde quer que se olhe. O homem moderno parece se preocupar, preponderantemente, apenas com sua própria subsistência e manutenção do ciclo de consumo, em uma lógica arrebatadora do capital e da vida privada. De fato, o conjunto desses elementos, na lente da autora, formam um ambiente propício ao crescimento de movimentos que visam ao domínio e subjugação desse corpo apático e não pensante.

O par conceitual de perdão e promessa na ação política

Com efeito, a atividade da ação tem a capacidade de imprimir novos rumos ao mundo, de modo que os seus atores passam a assumir as rédeas das deliberações

comuns. Nesse contexto surgem dois conceitos muito importantes na gramática da autora: a promessa e o perdão na política, que são abordados, dentre outros textos, na obra *A Condição Humana*.

Para Arendt, o remédio contra a irreversibilidade decorrente do processo da ação é a faculdade do perdão. Ou seja, uma vez iniciado o novo, quebrando a inércia e o automatismo, não é possível dizer ao certo o que poderá surgir, pois a teia de relações humanas, uma vez instaurada, com a ação e o discurso em meio à pluralidade, poderá resultar em infinitas possibilidades de impacto no mundo comum. Desse modo, apenas o perdão seria apto à absolver no espaço público o ator para que possa, assim, voltar a agir.

Caso não houvesse a faculdade do perdão, os homens que agem ficariam para sempre aprisionados às consequências do agir. É claro que a política é o meio mais profícuo ao avançar e implemento de mudanças à comunidade, no entanto, por ser exercida por homens, em pluralidade, é possível que a decisão emanada naquele momento não seja, talvez, a mais adequada à felicidade pública, pois após desprendida seu ator poderá alcançar rumos diversos aos pretendidos inicialmente.

Caso ocorra o desencontro dos resultados do agir com as pretensões almejadas pela comunidade, é dado aos homens, assim como fora uma vez deliberada determinada questão, voltarem atrás e, então, decidirem de modo diverso, respeitado sempre o exercício plural da ação no espaço público. O perdão confere aos que agem a vertente de renovação da ação, pois aqueles não ficarão eternamente adstritos ao ato inicial.

Nesse sentido, pontua Arendt:

O caso da ação e de seus constrangimentos é bem diferente. O remédio contra a irreversibilidade e a imprevisibilidade do processo que ela desencadeia não provém de outra faculdade possivelmente superior, mas é uma das potencialidades da própria ação. A redenção possível para o constrangimento da irreversibilidade – da incapacidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar (Arendt, 2022, p. 293).

Arendt destaca que o descobridor do papel do perdão no domínio dos assuntos humanos foi Jesus de Nazaré, no entanto é ressaltado não sob o enfoque religioso, mas antes da própria teoria política a fim de se ater ao caráter da pesquisa. No ensejo também vale ressaltar que a vingança ou reação faz absoluta oposição ao perdão,

devendo ser, pois, rechaçada sob pena de ser implementado um processo cíclico infundável de reações, que pode ser rompido com a faculdade de perdoar. Desse modo, ao exercer a faculdade do perdão há uma renúncia, expressa ou tácita, da vingança contra o agente.

Nesse sentido, Arendt coloca a punição como uma alternativa ao perdão, pois também tem o condão de quebrar o processo cíclico infundável de reações. Depreende-se, assim, que na gramática da autora, há, em suma, três principais possibilidades de enfrentamento dos resultados indesejados do agir: o perdão, a punição e a vingança/reação.

Ao lado do perdão como ferramenta destinada a atenuar o caráter de irreversibilidade da ação, temos o conceito de promessa, que forma um par conceitual de grande importância na gramática da autora, que surge para balancear o caráter de imprevisibilidade da ação, ou seja, a partir do prometer, na perspectiva arendtiana, é possível criar ilhas de previsibilidade e balizas de confiança em relação aos resultados esperados.

A partir da promessa, contudo, não é possível eliminar, em absoluto, as características de imprevisibilidade inerentes à ação, sob pena de, caso assim seja procedido, transformar esta atividade em outra, já apresentada anteriormente nesta pesquisa, denominada de obra. Ora, apesar do anseio de parcela da tradição filosófica em conferir maior grau de estabilidade ou previsibilidade à ação política, tal dinâmica é incompatível com a própria natureza do agir, segundo se depreende dos escritos da filósofa, pois seria como cortar as asas de um pássaro, de modo que seria impedido de alcançar o empreendimento do voo.

É a própria contingência decorrente da natalidade que confere ao exercício da ação plural no espaço público em meio à teia de relações humanas a possibilidade do novo, da quebra de automatismos, da revolução, das mudanças nos rumos dos negócios humanos.

Arendt pontua que o poder estabilizador inerente à faculdade de fazer promessas sempre foi conhecido em nossa tradição e remonta ao sistema legal romano com a inviolabilidade dos acordos (*pacta sunt servanda*) e a Aliança bíblica de Deus com Abraão, tendo ocupado ao longo da história posição central no pensamento político. Nesse contexto, na obra *Pensar sem Corrimão*, transcreve-se

excerto da autora, quando disserta sobre a solidez conferida aos negócios humanos na pólis regida por leis:

A grande vantagem da organização da vida pública na pólis era que, por causa da força estabilizadora de seu muro de lei, ela conferia aos negócios humanos uma solidez que a ação humana por si só, em sua intrínseca futilidade e dependência da imortalização pelos poetas, nunca pode ter. Cercada pelo muro permanente da lei, a pólis como unidade podia reivindicar que tudo o que ocorresse ou fosse feito dentro dela não perecesse com a vida de quem age e de quem sofre a ação, mas que seguisse adiante na memória das futuras gerações (Arendt, 2024, p. 80).

Desse modo, a promessa integra uma das mais relevantes capacidades humanas na cena política, pois tende a projetar no futuro uma certa expectativa do que se firma no presente através da palavra, dos atos e discurso no exercício da ação. Prometer é uma faculdade exclusivamente humana e para ter relevância política, assim como o perdão, deverá ocorrer no espaço público em meio a pluralidade.

No ensejo, uma questão vem à tona: a promessa vincula quem a faz? Apesar de parecer simples a resposta, qual seja, que não obriga o ator, dada a própria imprevisibilidade dos atos humanos, a reflexão não se esgota tão rapidamente. Ora, claro que há o caráter moral que cria um cordão invisível com quem promete, que ganha maior projeção e robustecimento quanto mais pessoas componham o espaço público em pluralidade e a testemunhem, no entanto para além disso, uma vez registrada, pelo contador de histórias, o que foi prometido poderá romper a barreira do tempo para ser retomado ulteriormente.

Com efeito, a promessa também tem o condão de despertar na comunidade a esperança e a expectativa daquilo que se promete. Este aspecto é tão impactante que, em tempos sombrios, a promessa pode ser a força motriz para manter em funcionamento a engrenagem do agir na esfera pública. Dada a imprevisibilidade que decorre da ação, o prometer é, também, um ato de coragem.

A promessa tem tanto a capacidade de trazer algum grau de estabilidade em meio à natural incerteza inerente à cena pública e a política, quanto pode, em última análise ser base de uma formação do corpo jurídico da comunidade. Ou seja, o direito, em certa medida, institucionaliza a promessa, criando normas que tendem a um grau de estabilidade e pode assegurar a continuidade do exercício da ação.

A partir disso, é possível observar que o caráter contingencial da ação, decorrente de sua imprevisibilidade e irreversibilidade, evidencia a fragilidade dos

assuntos humanos, pois pode gerar consequências inimaginadas e completamente fora do controle de quem agiu. Essa potencialidade inerente ao exercício da ação no espaço público pode assustar à primeira vista e afastar da cena pública quem não tiver minimamente o atributo da coragem.

Atenta a isso, Arendt erige os conceitos de promessa e perdão como um par teórico fundamental a assegurar e fomentar o agir. Nessa linha, pontua Arendt na obra *A Condição Humana*:

As duas faculdades formam um par, pois a primeira delas, a de perdoar, serve para desfazer os atos do passado, cujos “pecados” pendem como espada de Dâmoicles sobre cada nova geração; e a segunda, o obrigar-se através de promessas, serve para instaurar no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, ilhas de segurança sem as quais nem mesmo a continuidade seria possível nas relações entre os homens – para não mencionar todo tipo de durabilidade (Arendt, 2022, p. 293).

Compreende-se que a ação, em sua infinita capacidade criativa e transformadora, deixa frequentemente marcas no mundo que são tão imprevisíveis e irreversíveis quanto apenas o surgimento do novo no âmago da pluralidade humana pode ser. Para tanto, é necessário que os agentes gozem do atributo da coragem para adentrar no espaço público e agirem sem medo, amparados na promessa e no perdão como instrumentos à disposição da comunidade para possibilitar a continuidade e renovação constante do exercício da ação.

Conclusão

Diante disso, a presente investigação buscou analisar com especial atenção a atividade humana da ação e o conceito de pluralidade à luz do pensamento de Hannah Arendt, conectando com as faculdades da promessa e do perdão, explorados na obra *A Condição Humana* (1958). Demonstrou-se que a ação, o terceiro pilar da *vita activa* apresentada pela autora, distingue-se do trabalho e da obra por sua natureza intrinsecamente política, revelando a singularidade do agente no espaço público de aparição. A essência da política reside, portanto, nesse agir mútuo entre os homens, permeado pela irreduzível multiplicidade de perspectivas e vozes.

A pluralidade emergiu como a *conditio per quam* da vida política, um princípio ontológico que não apenas viabiliza, mas constitui a própria esfera pública. O espaço

agônico, onde diferentes *doxas* se encontram e se confrontam, foi identificado como o terreno fértil para a liberdade e a deliberação coletiva, em contraponto a modelos que buscam a imposição de verdades universais ou a mera administração técnica dos assuntos que entendem relevantes à comunidade.

A negação da pluralidade, conforme a análise empreendida, culmina na supressão da autonomia política e no flerte com formas de governo autoritárias. Em face da inerente imprevisibilidade e irreversibilidade da ação, o estudo aprofundou-se nas faculdades da promessa e do perdão como mecanismos cruciais para a estabilidade e a continuidade dos assuntos humanos. O perdão foi apreendido como a capacidade de desfazer o que foi feito, libertando os agentes das consequências passadas e possibilitando novos inícios, ao romper o ciclo reativo da vingança. Em paralelo, a promessa revelou-se como a faculdade de criar ilhas de segurança no futuro incerto, introduzindo um grau de previsibilidade e confiança que sustenta as relações inter-humanas e fomenta a durabilidade do mundo comum.

Em suma, a articulação da ação com a pluralidade, mediada pelas faculdades da promessa e do perdão, são essenciais para a compreensão da política no pensamento de Hannah Arendt. A questão em análise convida à reflexão do cenário contemporâneo e suas implicações. A crescente apatia cívica, a homogeneização das massas e o recuo da esfera pública, fenômenos observados no presente, reiteram a urgência de reafirmar a centralidade da ação, a preservação da pluralidade e o cultivo das capacidades de prometer e perdoar. Tais faculdades são indispensáveis para a subsistência da vida política e a construção de um mundo em que os homens possam verdadeiramente ser livres e atuarem em liberdade no espaço público.

Referências

ARENDR, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. rev. (7. reimpressão). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

ARENDR, H. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

ARENDR, H. **Pensar sem corrimão**: textos de 1953 a 1975. Tradução de José Luiz Passos. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2024.

DUARTE, A. Hannah Arendt e o pensamento político: a arte de distinguir e relacionar conceitos. **Argumentos - Revista de Filosofia**, Fortaleza, v. 9, p. 39-55, 2013.

FRY, K. A. **Compreender Hannah Arendt**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MÜLLER, M. C. Pluralidade de vozes: a garantia da dignidade humana.
Argumentos - Revista de Filosofia, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 181-196, jan./jun. 2013.

Recebido: 23/10/2025
Aprovado: 12/12/2025